

## A ESCRAVIDÃO NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: TRÊS AUTORES EXEMPLARES (1890-1930)

**Maria Cristina Dantas Pina**

**Orientador: Prof. Dr. Sérgio Eduardo Montes Castanho**

**Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP**

**Faculdade de Educação**

**Ano: 2009**

### Resumo da Tese de Doutorado

Esta tese analisa como a escravidão negra foi retratada nos livros didáticos de *História do Brasil* de João Ribeiro (1900), Rocha Pombo (1919) e Antônio Alexandre Borges dos Reis (1915), manuais utilizados no Ginásio da Bahia entre os decênios finais do século XIX e as décadas iniciais do século XX. A intenção foi perceber o lugar ocupado pelo negro na história do Brasil, construída por esses autores, e identificar as concepções de nação, trabalho e classe social presentes na sua narrativa histórica. Além disso, analisa-se o conteúdo dos livros didáticos, levando em consideração seu contexto e suas relações com os espaços institucionais em que foram utilizados. A investigação procurou estabelecer a relação entre o particular – o conteúdo sobre escravidão no livro didático – e o contexto mais amplo, isto é, considerou-se a totalidade histórica em que o objeto estava inserido. Dessa forma, adotou-se a premissa de que o livro didático de *História do Brasil* funcionou, naquele período, como instrumento para organizar, consolidar e justificar uma formação social específica, chamada nação brasileira, que foi gestada, articulada e organizada no momento em que o capitalismo mundial se converte no chamado Imperialismo. Os livros de *História do Brasil*, aqui tomados como objeto e fonte, foram analisados segundo três categorias: 1. história, apoiada nos pilares de *tempo* (periodização), *acontecimento* (fatos históricos) e *teoria* (explicação histórica); nação, percebida por intermédio do discurso de *fundação* (mito de origem), *trajetória* (feitos históricos, personagens históricas) e *cultura* (comunidade de crenças e valores); trabalho e classe social, demarcados pela visibilidade dos sujeitos históricos, suas relações e posição na estrutura social brasileira. Constatou-se que as narrativas construídas por estes autores sustentam-se na defesa de um caminho evolutivo do Brasil em direção ao modelo de civilização européia, na qual a escravidão é condenada moralmente, mas justificada como necessidade econômica. O projeto defendido pelos autores é um projeto de classe, no caso, classes dominantes, o qual estabelece uma identidade nacional una, branca, cristã e liberal, e, acima de tudo, politicamente conservadora. Os livros didáticos foram utilizados nas instituições de ensino como maneira de instituir valores e formar adeptos ao projeto de nação liberal, gestado no final do Império, instituído com a Proclamação da República e responsável, em parte, pela manutenção de uma visão hierárquica entre os grupos raciais.